



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

RELATÓRIO ANUAL

CORREGEDORIA-GERAL DO TRF – 3ª REGIÃO

**ARTIGO 8º, INCISO XII, DO REGIMENTO INTERNO
DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

SUMÁRIO

- 1.Introdução**
 - 1.1 Apresentação**
 - 1.2 Competência e Estrutura da Corregedoria-Geral**

- 2.Atividades da Corregedoria**
 - 2.1 Mutirões de conciliação e de redução do acervo de processos conclusos para sentença**
 - 2.2 Correições e Inspeções Gerais**
 - 2.3 Vitaliciamento dos magistrados**
 - 2.4 Estatísticas**
 - 2.5 RH Magistrados**
 - 2.6 Normatização**
 - 2.7 Procedimentos Administrativos**
 - 2.8 Controle da emissão de alvarás**
 - 2.9 Emissão de autorizações para acesso aos sistemas informatizados do BACEN – JUD e do INFOSEG**
 - 2.10 Autorizações para implantação de CECAP**
 - 2.11 Banco de sentenças**
 - 2.12 Canais de comunicação**

- 3.Atividades do Corregedor**
 - 3.1 Participação no Conselho da Justiça Federal**
 - 3.2 Fórum dos Corregedores**
 - 3.3 Audiências**
 - 3.4 Reuniões com autoridades e juízes**

- 4.Considerações Finais**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

1.1 Apresentação

Este relatório foi elaborado em obediência ao disposto nos artigos 4º, inciso XXIV, e 8º, inciso XII, do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região ¹ e tem por objetivo expor as atividades desta Corregedoria-Geral no ano de 2007. Está dividido, para efeitos didáticos, em três segmentos:

- atividades da Corregedoria-Geral;
- atividades do Corregedor-Geral;
- considerações finais.

Dentro dessas principais frentes abordadas no relatório, mostra-se importante apresentar a estrutura, encargos e os meios utilizados para a busca do aperfeiçoamento, padronização e racionalização dos serviços da Justiça Federal, cujas necessidades incumbe, prioritariamente, à Corregedoria-Geral atender.

¹ “ Artigo 4º, inciso XXIV : Ao Conselho da Justiça Federal compete elaborar e fazer publicar, anualmente, até 30 de março, relatório circunstanciado de suas atividades e dos serviços forenses de Primeira instância, relativos ao ano anterior (Lei nº 5.010/66, art. 6º,VIII).”

“Artigo 8º, inciso XII: Ao Corregedor-Geral da Justiça Federal compete encaminhar ao Presidente, até 15 de março, relatório circunstanciado dos serviços afetos à Corregedoria-Geral, para ser integrado ao relatório geral do Conselho.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

1.2 COMPETÊNCIA E ESTRUTURA

A competência da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 3ª Região abrange todas as varas federais da terceira região – São Paulo e Mato Grosso do Sul, bem como as varas-gabinetes dos juizados especiais federais.

A tabela a seguir representa a alteração do número de varas ao longo da gestão em razão de extinção e criação de varas:

SEÇÃO JUDICIÁRIA		Junho			Dezembro		
		Subseções	Varas	JEF	Subseções	Varas	JEF
SÃO PAULO	Capital	1	52	1	1	52	1
	Interior	35	76	13	36	77	18
MATO GROSSO DO SUL	Capital	1	6	1	1	6	1
	Interior	6	7	0	6	7	0
TOTAL		43	141	15	44	142	20



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

O quadro de funcionários da Corregedoria-Geral é composto de servidores e estagiários da COGE e do quadro de pessoal do Gabinete do Desembargador Federal. A fim de colaborar com o regular desempenho das atribuições que lhe são afetas, foi convocado o Juiz Federal Dr. Silvio Ferreira da Rocha.

QUANTITATIVO DO QUADRO EFETIVO

CARGO	QUANTIDADE	CARGO EM COMISSÃO/FUNÇÃO COMISSIONADA	QUANTIDADE
Analista Judiciário – Área Judiciária	03	CJ-3 - Assessor	03
Técnico Judiciário – Área Administrativa	01	CJ-2 – Chefe Gabinete	01
Técnico Judiciário - Área Administrativa Especialidade Segurança e Transporte	02	FC-04 - Assistente	05
Auxiliar Judiciário – Área Serviços Gerais	01	FC-02 – Auxiliar Especializado	02
Total	07	Total	11

OBS: quadro atualizado de acordo com o recebimento de expedientes até esta data. Os servidores investidos em cargo em comissão ocupam vagas da reserva de cargos da Presidência. Caso a reserva não disponha de vaga no momento da nomeação, o servidor é movido com a respectiva vaga, até que seja possível a reposição. Não há reposição de vaga nas designações de funções comissionadas, nesses casos, os servidores ocupam vagas do quadro do setor.

Os cargos e funções acima descritos foram preenchidos conforme ao quadro seguinte:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

GABINETE DA CORREGEDORIA-GERAL

CARGO	SERVIDOR	FC/CJ	OBSERVAÇÕES
ANALISTA JUDICIÁRIO Área Judiciária	Eduardo Ramos de Souza	Chefe de Gabinete	Vaga da reserva de cargos da Presidência
ANALISTA JUDICIÁRIO Área Judiciária (3)	Wilson José Eusébio	Assistente	
	Alexandre do Nascimento da Silva	Assistente	
	Regina Onuki Libano	Assistente	
ANALISTA JUDICIÁRIO Área Judiciária	Daniel Kiyoshi Hatanaka	Assistente	Vaga do Gabinete André Nabarrete
TÉCNICO JUDICIÁRIO Área Administrativa - (1)	Juliana Guimarães Barbosa		<u>Vaga emprestada ao Gabinete André Nabarrete para servidora receber FC-04</u>
ANALISTA JUDICIÁRIO Área Judiciária	Bruno Regis Arantes Garcia	Assistente	Vaga do Gabinete André Nabarrete
TÉCNICO JUDICIÁRIO (SG) Seg e Transporte (2)	Renato Bottarini Modena	Auxiliar izado	
	Antonio Edgard de Almeida	Auxiliar izado	
AUXILIAR JUDICIÁRIO Área Serviços Gerais- (1)	Vaga livre		



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

ASSESSORIA DA CORREGEDORIA-GERAL

CARGO	SERVIDOR	FC/CJ	OBSERVAÇÕES
TÉCNICO JUDICIÁRIO Área Administrativa	Liliana Cristina enemann Franco	Assessor de Juiz	Vaga do Gabinete André Nabarrete (será feita reposição da vaga pela reserva da Presidência)

ASSESSORIA JUDICIÁRIA/CORREGEDORIA-GERAL

CARGO	SERVIDOR	FC/CJ	OBSERVAÇÕES
ANALISTA JUDICIÁRIO Área Judiciária	Silvio Marques Garcia	Assessor io	Vaga da reserva de cargos da Presidência
REQUISITADO	José Fazzeri Neto	Assessor Judiciário	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

2. ATIVIDADES DA CORREGEDORIA

2.1 MUTIRÕES DE CONCILIAÇÃO E DE REDUÇÃO DO ACERVO DE PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA

2.1.a. Mutirões de conciliação

A Resolução nº 288, de 24 de maio de 2007, do Conselho da Justiça Federal implantou o Programa de Conciliação na Justiça Federal de 1º Grau da 3ª Região.

Compete à Corregedoria-Geral organizar a realização das audiências do mutirão de conciliação dos processos de primeira instância da Justiça Federal e auxiliar na indicação dos processos.

Seguem os quadros de produção dos mutirões, tendo em vista que houve uma semana de conciliação por mês até o final do ano:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

Período de 09 a 13 de abril

RELATÓRIO POR DIA

Dia: 09/04/07

SUCESSO	22
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	23

Dia: 10/04/07

SUCESSO	28
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	16

Dia: 11/04/07

SUCESSO	22
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	17

Dia: 12/04/07

SUCESSO	35
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	9

Dia: 13/04/07

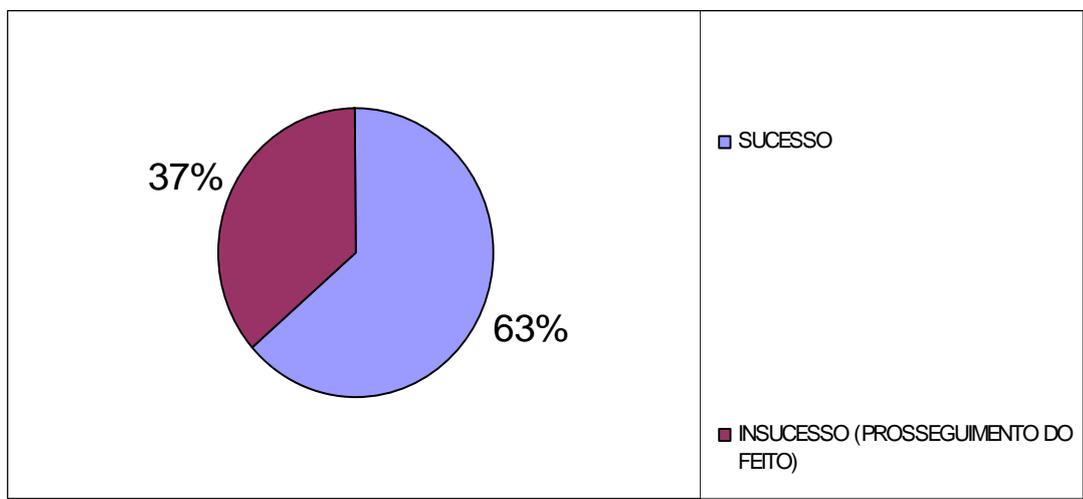
SUCESSO	29
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	14



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

RESUMO DA SEMANA

SUCESSO	136
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	79





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

Período de 07 a 10 de maio

RELATÓRIO POR DIA

Dia: 07/05/07

SUCESSO	39
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	14

Dia: 08/05/07

SUCESSO	31
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	28

Dia: 09/05/07

SUCESSO	33
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	14

Dia: 10/05/07

SUCESSO	37
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	18

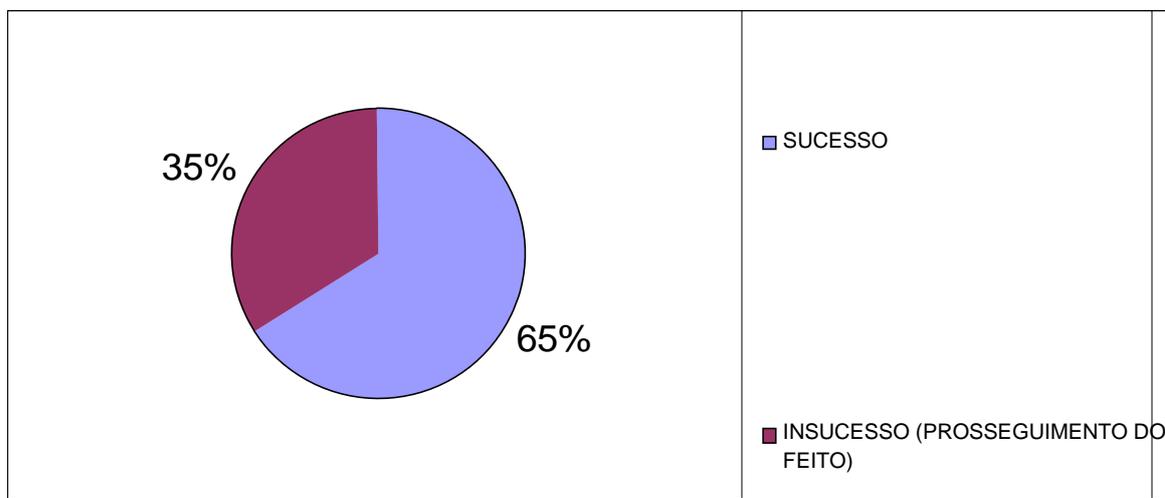
SUCESSO	
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

RESUMO DA SEMANA

SUCESSO	140
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	74





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

Período de 11 a 15 de junho

RELATÓRIO POR DIA

Dia: 11/06/07

SUCESSO	37
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	22

Dia: 12/06/07

SUCESSO	41
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	17

Dia: 13/06/07

SUCESSO	28
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	21

Dia: 14/06/07

SUCESSO	40
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	16

Dia: 15/06/07

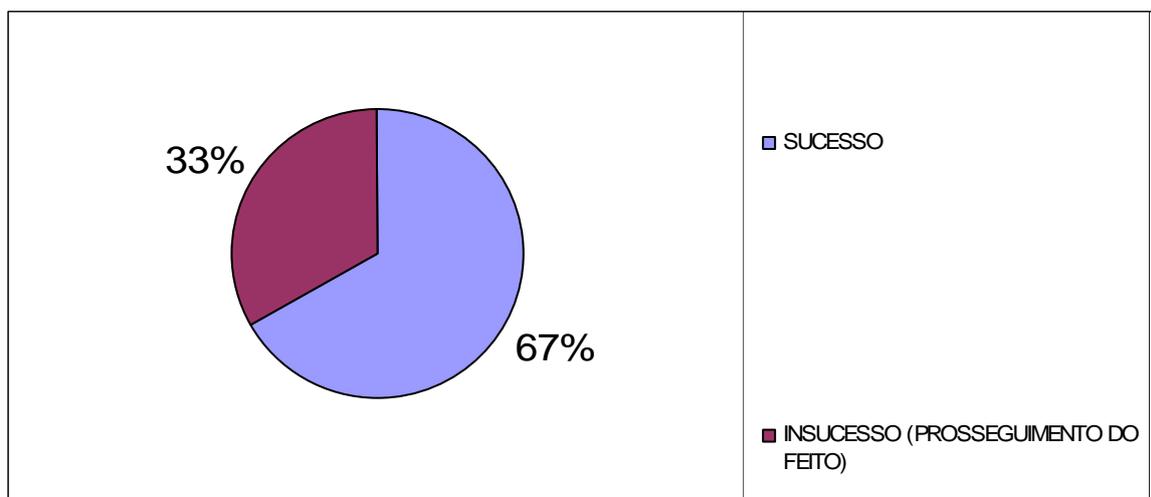
SUCESSO	37
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	16



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

RESUMO DA SEMANA

SUCESSO	183
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	92





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

Período de 10 a 14 de julho

RELATÓRIO POR DIA

Dia: 10/07/07

SUCESSO	12
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	16
TOTAL DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS	28

Dia: 11/07/07

SUCESSO	32
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	12
TOTAL DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS	44

Dia: 12/07/07

SUCESSO	26
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	17
TOTAL DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS	43

Dia: 13/07/07

SUCESSO	18
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	8
TOTAL DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS	26

Dia: 14/07/07

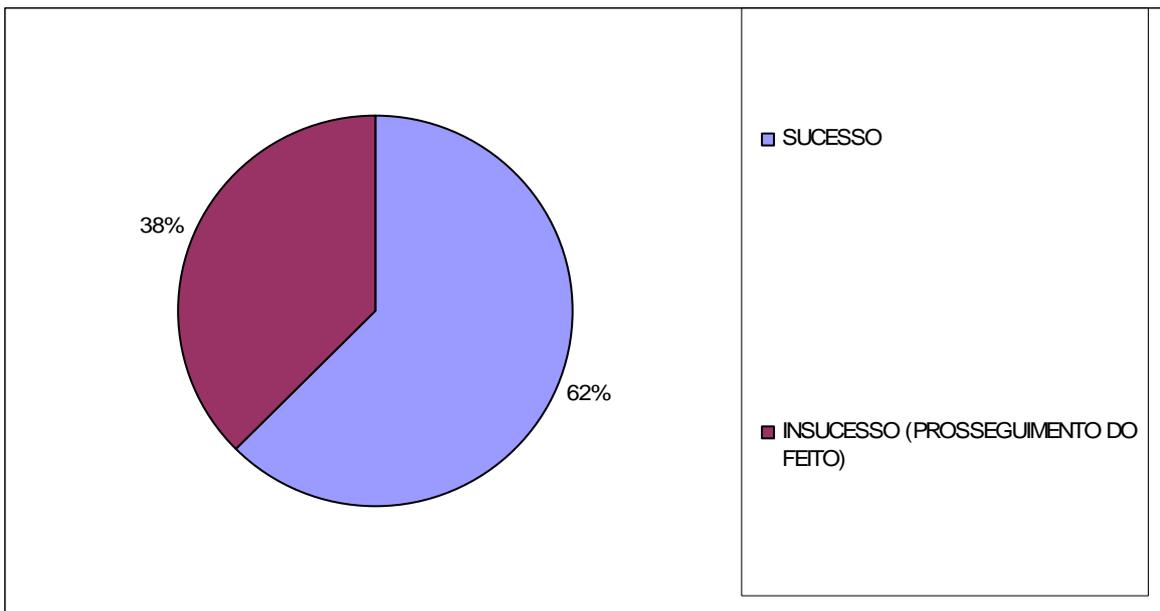
SUCESSO	0
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	0
TOTAL DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS	0



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

RESUMO DA SEMANA

SUCESSO	88
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	53





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

Período de 06 a 10 de agosto

RELATÓRIO POR DIA

Dia: 06/08/07

SUCESSO	28
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	50
TOTAL DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS	78

Dia: 07/08/07

SUCESSO	31
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	38
TOTAL DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS	69

Dia: 08/08/07

SUCESSO	34
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	32
TOTAL DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS	66

Dia: 09/08/07

SUCESSO	38
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	37
TOTAL DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS	75

Dia: 10/08/07

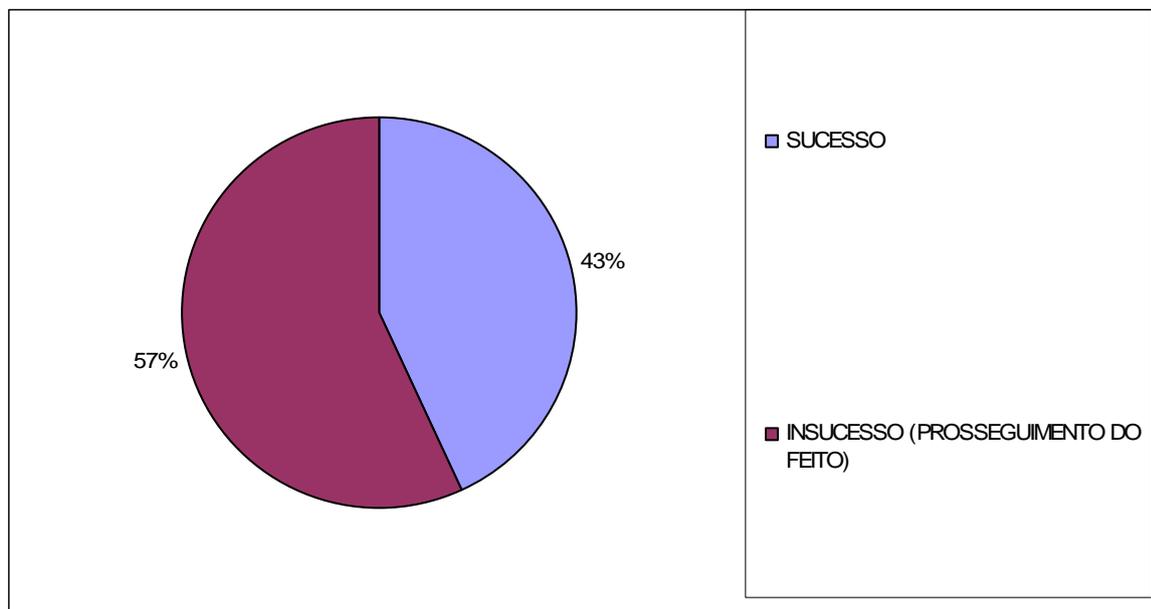
SUCESSO	26
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	50
TOTAL DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS	76



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

RESUMO DA SEMANA

SUCESSO	157
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	207





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

Período de 10 a 14 de setembro

RELATÓRIO POR DIA

Dia: 10/09/07

SUCESSO	26
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	19

Dia: 11/09/07

SUCESSO	44
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	12

Dia: 12/09/07

SUCESSO	28
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	13

Dia: 13/09/07

SUCESSO	29
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	16

Dia: 14/09/07

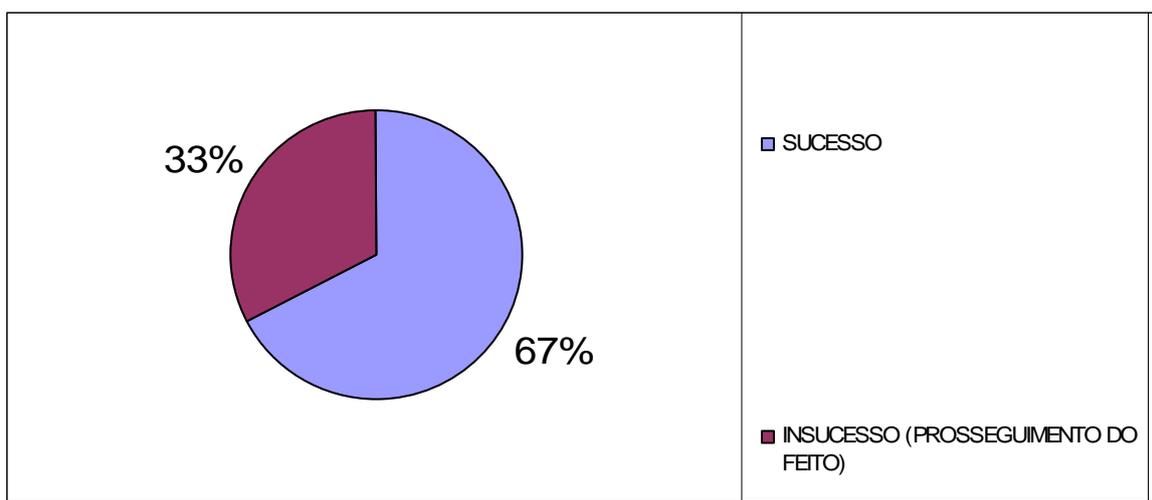
SUCESSO	38
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	20



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

RESUMO DA SEMANA

SUCESSO	165
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	80





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

Período de 15 a 19 de outubro

RELATÓRIO POR DIA

Dia: 15/10/07

SUCESSO	25
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	10

Dia: 16/10/07

SUCESSO	24
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	20

Dia: 17/10/07

SUCESSO	29
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	20

Dia: 18/10/07

SUCESSO	33
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	11

Dia: 19/10/07

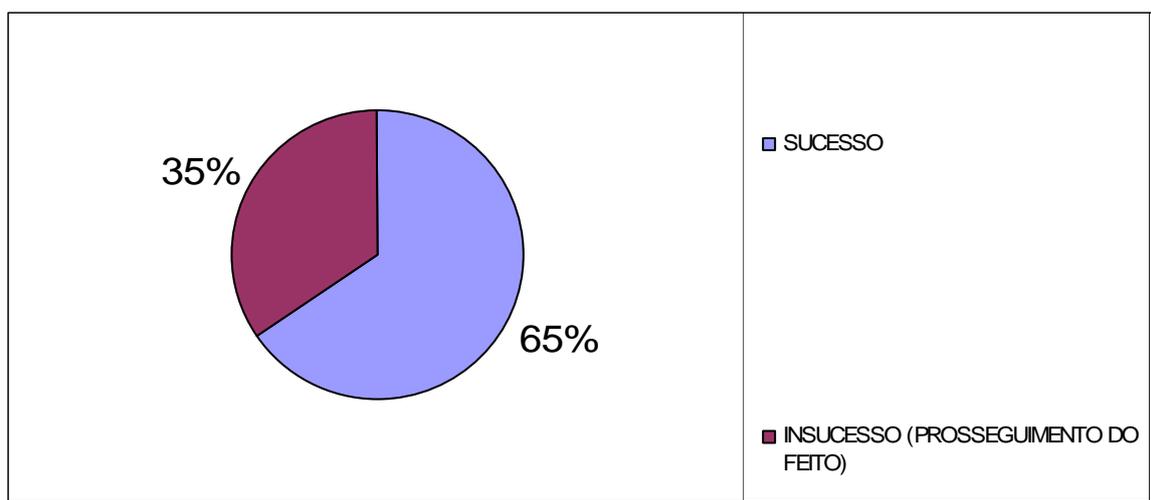
SUCESSO	33
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	16



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

RESUMO DA SEMANA

SUCESSO	144
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	77





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

Período de 05 a 09 de novembro

RELATÓRIO POR DIA

Dia: 05/11/07

SUCESSO	22
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	24

Dia: 06/11/07

SUCESSO	22
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	22

Dia: 07/11/07

SUCESSO	29
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	20

Dia: 08/11/07

SUCESSO	25
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	16

Dia: 09/11/07

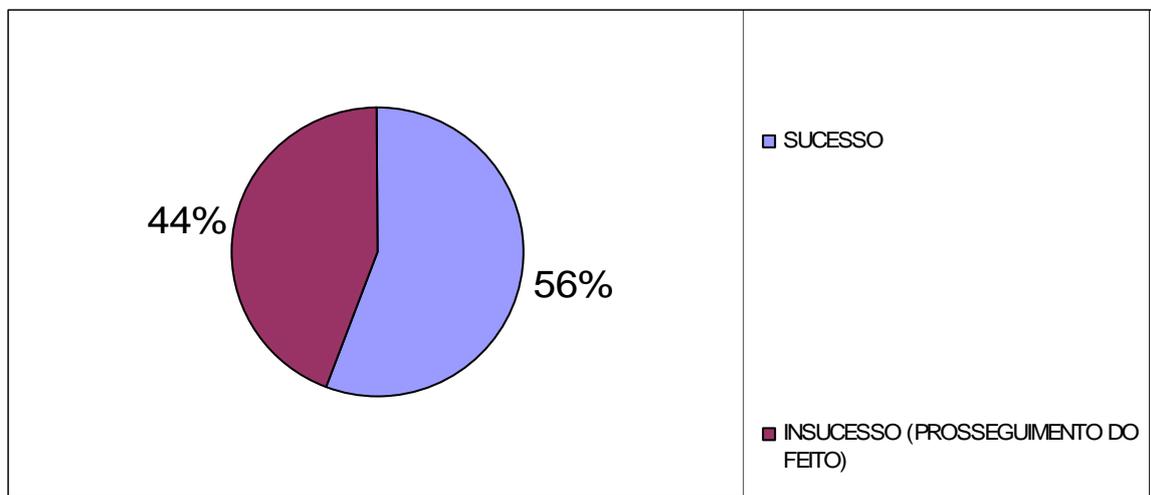
SUCESSO	33
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	23



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

RESUMO DA SEMANA

SUCESSO	131
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	105





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

Período de 03 a 07 de dezembro

RELATÓRIO POR DIA

Dia: 03/12/07

SUCESSO	28
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	33

Dia: 04/12/07

SUCESSO	18
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	37

Dia: 05/12/07

SUCESSO	23
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	36

Dia: 06/12/07

SUCESSO	18
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	34

Dia: 07/12/07

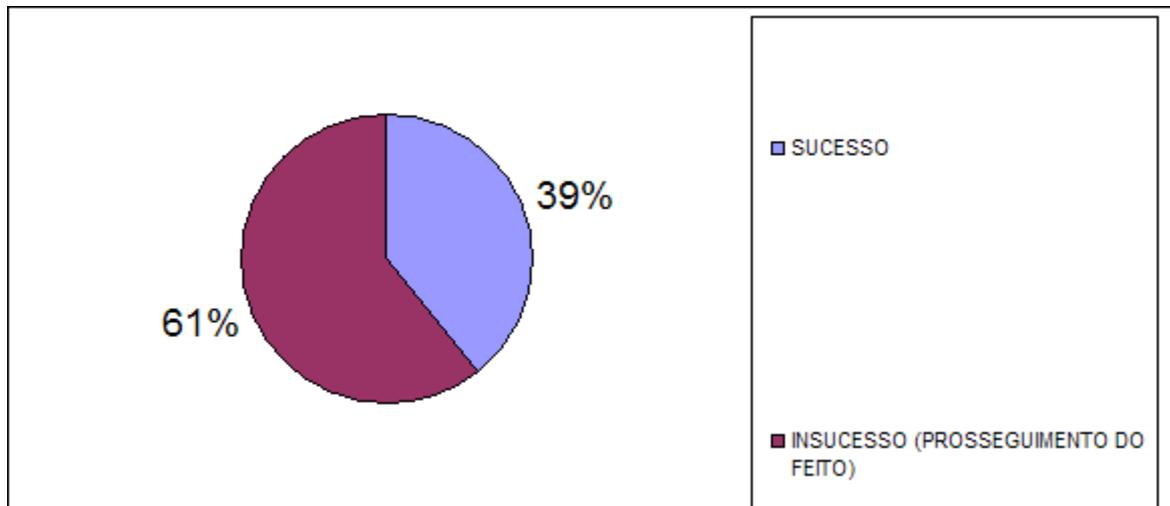
SUCESSO	26
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	36



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

RESUMO DA SEMANA

SUCESSO	113
INSUCESSO (PROSSEGUIMENTO DO FEITO)	176





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

2.1.b Mutirão para redução do acervo de processos conclusos para sentença da 22ª Vara Cível em São Paulo

A Corregedoria-Geral, com o apoio da Presidência, organizou a realização de mutirão com juízes federais substitutos empossados em 27 de agosto de 2007, a fim de reduzir o acervo de processos pendentes de sentenças na 22ª Vara Federal Cível em São Paulo, que chegava a 1.003 (mil e três). Assim, no período de três meses, entre setembro e dezembro de 2007, foram prolatadas 942 (novecentos e quarenta e dois) sentenças.

Os novos juízes puderam apreciar assuntos que envolviam Sistema Financeiro de Habitação (SFH), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mandados de segurança com os mais diversos temas, além de questões de direito administrativo sobre diferenças de vencimentos de servidores.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

2.2 CORREIÇÕES E INSPEÇÕES GERAIS

2.2.a – A Portaria COGE 715/2007, referendada pelo Conselho da Justiça Federal, estabeleceu o seguinte calendário para as Correições Gerais Ordinárias no ano de 2007:

PERÍODO	VARAS A SEREM CORRIGIDAS	SUBSEÇÃO
27 a 31/08	1ª Vara Federal de Guaratinguetá	18ª/SP
10 a 14/09	1ª Vara Federal de Franca	13ª/SP
	2ª Vara Federal de Franca	
	3ª Vara Federal de Franca	
24/09 a 05/10	1ª Vara Federal de Guarulhos	19ª/SP
	2ª Vara Federal de Guarulhos	
	3ª Vara Federal de Guarulhos	
	4ª Vara Federal de Guarulhos	
	5ª Vara Federal de Guarulhos	
	6ª Vara Federal de Guarulhos	
22 a 26/10	1ª Vara Federal de Araçatuba	7ª/SP
	2ª Vara Federal de Araçatuba	
	1ª Vara Federal de Três Lagoas	3ª/MS
05 a 09/11	1ª Vara Federal de Bauru	8ª/SP



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

	2ª Vara Federal de Bauru	
	3ª Vara Federal de Bauru	
19 a 23/11	1ª Vara Federal de Presidente Prudente	12ª/MS
	2ª Vara Federal de Presidente Prudente	
	3ª Vara Federal de Presidente Prudente	
	4ª Vara Federal de Presidente Prudente	
19 a 23/11		
03 a 07/12	1ª Vara Federal de São Carlos	15ª/SP
	2ª Vara Federal de São Carlos	
	1ª Vara Federal de Araraquara	20ª/SP
	2ª Vara Federal de Araraquara	
10 a 14/12	1ª Vara Federal de Ribeirão Preto	2ª/SP
	2ª Vara Federal de Ribeirão Preto	
	4ª Vara Federal de Ribeirão Preto	
	5ª Vara Federal de Ribeirão Preto	
	6ª Vara Federal de Ribeirão Preto	
	7ª Vara Federal de Ribeirão Preto	
	9ª Vara Federal de Ribeirão Preto	

Todas as Correições Gerais Ordinárias previstas foram realizadas. Foram apresentados ao Conselho da Justiça Federal os relatórios relativos às seguintes subseções:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

Número do Processo	Data do Julgamento	Vara
2007.01.0371	06/09/2007	1ª Guaratinguetá
2007.01.0372	10/10/2007	1ª Franca
2007.01.0373	10/10/2007	2ª Franca
2007.01.0374	10/10/2007	3ª Franca
2007.01.0375	13/11/2007	1ª Guarulhos
2007.01.0376	13/11/2007	2ª Guarulhos
2007.01.0377	13/11/2007	3ª Guarulhos
2007.01.0378	13/11/2007	4ª Guarulhos
2007.01.0379	13/11/2007	5ª Guarulhos
2007.01.0380	13/11/2007	6ª Guarulhos

Foram, ademais, levados à apreciação do Conselho da Justiça Federal os seguintes relatórios das Correições Gerais Ordinárias realizadas pela Desembargadora Federal Marli Ferreira:

Data	Vara Julgada	Subseção
12/01/2007	Subseção de Presidente Prudente	Inspeção Administrativa de Avaliação
12/01/2007	Subseção de Guarulhos	Inspeção Administrativa de Avaliação
15/01/2007	20ª Vara Cível em São Paulo	1ª
15/01/2007	21ª Vara Cível em São Paulo	1ª
14/02/2007	1ª Vara de Execuções Fiscais em São Paulo	1ª
14/02/2007	2ª Vara de Execuções Fiscais em São Paulo	1ª
14/02/2007	3ª Vara de Execuções Fiscais em São Paulo	1ª
14/02/2007	4ª Vara de Execuções Fiscais em São Paulo	1ª
14/02/2007	5ª Vara de Execuções Fiscais em São Paulo	1ª
14/02/2007	6ª Vara de Execuções Fiscais em São Paulo	1ª
14/02/2007	7ª Vara de Execuções	1ª



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

	Fiscais em São Paulo	
14/02/2007	8ª Vara de Execuções Fiscais em São Paulo	1ª
14/02/2007	9ª Vara de Execuções Fiscais em São Paulo	1ª
14/02/2007	10ª Vara de Execuções Fiscais em São Paulo	1ª
14/02/2007	11ª Vara de Execuções Fiscais em São Paulo	1ª
14/02/2007	12ª Vara de Execuções Fiscais em São Paulo	1ª
05/03/2007	1ª Vara Previdenciária em São Paulo	1ª
05/03/2007	2ª Vara Previdenciária em São Paulo	1ª
05/03/2007	4ª Vara Previdenciária em São Paulo	1ª
05/03/2007	5ª Vara Previdenciária em São Paulo	1ª
05/03/2007	7ª Vara previdenciária em São Paulo	1ª

2.2.b Inspeções Gerais Ordinárias²

A Portaria nº 1024, de 15 de dezembro de 2006, aprovou o calendário de inspeções gerais ordinárias a serem realizadas em varas federais e juizados especiais federais cíveis da 3ª região, para o exercício de 2007. A seguir, tabela com as inspeções que já foram julgadas pelo Conselho da Justiça Federal:

² Artigo 64 : A inspeção judicial consiste em atividade fiscalizatória desenvolvida anualmente pelo juiz federal em sua respectiva vara, com o fito de detectar eventuais irregularidades nos serviços cartorários e corrigi-las. (Provimento COGE nº 78 de 27 de abril de 2007).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

/Número do Processo	Data do Julgamento	Vara
2007.01.0312	06/09/2007	2ª Franca
2007.01.0390	06/09/2007	3ª Franca
2007.01.0321	20/09/2007	1ª Guarulhos
2007.01.0302	20/09/2007	3ª Guarulhos
2007.01.0485	20/09/2007	4ª Guarulhos
2007.01.0336	20/09/2007	1ª Guaratinguetá
2007.01.0391	10/10/2007	1 Araçatuba
2007.01.0354	10/10/2007	2ª Araçatuba
2007.01.0299	13/11/2007	2ª Ribeirão Preto
2007.01.0393	13/11/2007	2ª Bauru
2007.01.0430	13/11/2007	9ª Ribeirão Preto
2007.01.0462	13/11/2007	2ª Araraquara
2007.01.0470	13/11/2007	3ª Bauru
2007.01.0305	13/11/2007	4ª Ribeirão Preto
2007.01.0308	13/11/2007	2ª Presidente Prudente
2007.01.0327	13/11/2007	7ª Ribeirão Preto
2007.01.0345	13/11/2007	3ª Presidente Prudente
2007.01.0355	13/11/2007	1ª Bauru
2007.01.0366	13/11/2007	1ª Ribeirão Preto
2007.01.0388	13/11/2007	1ª Presidente Prudente
2007.01.0394	13/11/2007	1ª São Carlos
2007.01.0466	13/11/2007	6ª Ribeirão Preto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

2.3 VITALICIAMENTO DOS MAGISTRADOS

Os juízes federais substitutos poderão adquirir a vitaliciedade no cargo, após o período de estágio probatório de dois anos. É tarefa da Corregedoria-Geral elaborar o processo de vitaliciamento, nos termos dos artigos 85 a 102 do Provimento COGE 64/2005.

Os expedientes administrativos de vitaliciamento dos magistrados aprovados no **XII Concurso** foram instaurados pela Portaria COGE 713, de 20.06.2007, e finalizados, em 12.12.2007, por meio da declaração vitaliciamento, à unanimidade, pelo Plenário do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, nos termos do relatório e voto do Desembargador Federal Relator André Nabarrete.

Com relação aos expedientes administrativos de vitaliciamento dos magistrados aprovados no **XIII Concurso** e que tomaram posse em 05.01.2007, foram instaurados pela Portaria COGE 716, de 26.07.2007. Por meio do Ato COGE nº 1, de 08.08.2007, foram designados desembargadores federais para atuar como juízes formadores³ que, periodicamente (10.12.2007 e 10.09.2008), devem enviar à Corregedoria-Geral relatórios de avaliação dos magistrados. Os expedientes administrativos estão em andamento.

³ Artigo 88 – O Juiz-Formador terá as seguintes atribuições, sem prejuízo de outras que lhe forem delegadas:

- I – acompanhar a atuação do Juiz vitaliciando durante o estágio probatório;
- II- orientar a atuação do Juiz vitaliciando no que diz respeito à conduta profissional e atuação junto às partes, procuradores, servidores, público em geral e outros Magistrados;
- III- avaliar a atuação do Juiz vitaliciando mediante a elaboração de relatórios periódicos e do relatório da avaliação final, a serem encaminhados ao Corregedor-Geral ..



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

No tocante aos expedientes administrativos de vitaliciamento dos magistrados aprovados no **XIII Concurso** e que tomaram posse em 27.08.2007, foram instaurados pela Portaria COGE 721, de 04.09.2007. Por meio do Ato COGE nº2, de 03.09.2007, foram designados desembargadores federais para atuar como juízes formadores que, periodicamente (15.12.2007, 15.04.2008, 15.08.2008, 15.12.2008 e 10.04.2009), devem enviar à Corregedoria-Geral relatórios de avaliação dos magistrados. Os expedientes administrativos estão em curso.

Segue tabela com dados objetivos dos expedientes administrativos de vitaliciamento:

Concurso	Nº Magistrados	Portaria COGE	Data da posse	Data do Vitaliciamento	Juiz Formador
XII	22	713 (20.06.07)	06.01.2006	06.01.2008	Não
XIII – A	25	716 (26.07.08)	05.01.2007	05.01.2009	Sim-Ato COGE 1
XIII – B	16	721 (04.09.07)	27.08.2007	27.08.2009	Sim-Ato COGE 2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

2.4 ESTATÍSTICA

A- DA PRODUÇÃO DOS DADOS ESTATÍSTICOS

Basicamente, o trabalho mensal tem início com o recebimento dos boletins estatísticos, no total de aproximadamente 1.000 (um mil), elaborados por todas as varas federais e juizados especiais federais da terceira região, enviados por meio de email, em formato txt, os quais são gravados nas respectivas pastas. Após impressos, são conferidos coluna a coluna e linha a linha, para em seguida ser convertidos no formato do aplicativo “access” e armazenados no banco de dados. Como produto final é preparado um mapa de tramitação processual da primeira instância e outro de produtividade dos magistrados.

Um dos maiores problemas enfrentados no setor é a grande quantidade de boletins errados, alguns retificados por três ou quatro vezes, o que gera perda considerável de tempo e trabalho. Por tal razão, foi confeccionado e enviado um manual de preenchimento para a primeira instância, com intuito de auxiliá-la nessa atividade, documento esse de fácil compreensão ilustrado com vários “print scrn” das telas.

A despeito da dificuldade e limitação de operacionalização das rotinas e programa utilizados na estatística, houve um esforço contínuo com o objetivo de fornecer aos juízes, servidores e, principalmente, jurisdicionados, uma célere publicidade, por meio de publicação na imprensa oficial, de toda a tramitação de processos e produtividade de sentenças da Justiça Federal da 3ª Região, trabalho esse que possibilitou nos últimos meses adiantar em 25 dias a divulgação dos dados.

Por conta de excessivo número de informações constantes do banco de dados “access” utilizado pela Corregedoria, o que acarretou problemas na geração e funcionamento do programa, houve a necessidade de sua restauração e subdivisão, com a criação de uma cópia para cada ano corrente, o que facilitou as consultas e diminuiu vários dos problemas encontrados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

B- ESTATÍSTICA DAS VARAS ESPECIALIZADAS

Em atendimento à requisição do Exmo. Sr. Coordenador-Geral da Justiça Federal, foi elaborado extenso levantamento estatístico, desde sua criação, das varas especializadas em crimes contra o sistema financeiro nacional, lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos e valores, assim como de crimes praticados por organizações criminosas no âmbito da Terceira Região, encaminhado em 29.10.07.

C- COMPILAÇÃO DA ESTATÍSTICA ANUAL

Confecção do mapa anual de tramitação processual da primeira instância e da produtividade dos juízes federais da terceira região, relativamente ao ano de 2007.

D- PRODUTIVIDADE DE DECISÕES LIMINARES E TUTELA ANTECIPADA

À vista da exigência do Conselho da Justiça Federal contida na Resolução 442, de 09 de junho de 2005, foi implementada junto à primeira instância a rotina MVLM (Movimentação Processual Liminares), por meio do Comunicado COGE 67, de 20 de julho de 2007. Em seguida, publicou-se o Provimento COGE 86/08, que instituiu os boletins estatísticos dos tipos 9 e 10, a fim de apurar toda a movimentação de decisões liminares e antecipação de tutela nas varas e produtividade dos magistrados. Desde então, inúmeros atendimentos às varas, comunicados e orientações foram prestados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

E- BOLETIM DO VITALICIANDO

Diante das peculiaridades dos juízes que se encontram em fase de vitaliciamento, desenvolveu-se um boletim específico, a fim de verificar sua produtividade e acompanhar seu desenvolvimento. Possibilita mensurar mais fácil e rapidamente a quantidade de sentenças, decisões interlocutórias, número de pessoas ouvidas em audiência, dentre outras informações, não obstante a grande quantidade de varas em que são lotados, além de auxiliar o trabalho do juiz formador.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

2.5 EMISSÃO DE AUTORIZAÇÕES PARA ACESSO AOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DO BACEN-JUD E DO INFOSEG

A- BACEN-JUD

Pelo Comunicado COGE Nº 72, de 03 de setembro de 2007, a Corregedoria-Geral passou a cuidar da administração de usuários e senhas, com formato mais simples e ágil, porquanto o pedido deixou de ser feito por meio físico, substituindo-se o ofício por requerimento enviado via email. Nesse período foram cadastrados 75 (setenta e cinco) novos usuários e renovadas 400 (quatrocentas) senhas.

Cadastramento	Renovação de Senhas
75 (setenta e cinco)	400 (quatrocentas)

B- INFOSEG

A Corregedoria-Geral também é responsável pela gestão de senhas e de cadastros dos usuários da rede Infoseg de informações. Foram cadastrados 61 (sessenta e um) novos usuários e renovadas aproximadamente 50 senhas. Entre os dias 01 e 03/10/07, a Corregedoria-Geral designou dois servidores para participarem do II Encontro Nacional Rede Infoseg, no qual se discutiram melhorias, planos e orientações para aperfeiçoamento do sistema.

Cadastramento	Renovação de Senhas
61 (sessenta e um)	50 (cinquenta)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

2.6 NORMATIZAÇÃO

Foram editados os atos normativos, verbis:

Atos	Assunto	Data
COGE Nº 01	designação de juízes formadores para auxiliar o Corregedor-Geral durante o período de vitaliciamento.	08 DE AGOSTO DE 2007
COGE Nº 02	designação de juízes formadores para auxiliar o Corregedor-Geral durante o período de vitaliciamento.	3 DE SETEMBRO DE 2007
DE DELEGAÇÃO Nº 01	delegação ao juiz auxiliar da Corregedoria-Geral, Doutor Sílvio Luís Ferreira da Rocha, de algumas competências.	18 DE OUTUBRO DE 2007

Comunicados	Assunto	Data
COGE 66	implantação das rotinas AR/OS e MV/SJ, relativas à classificação de petições/processos que devam tramitar em segredo de justiça.	12 DE JULHO DE 2007
COGE 67	implantação da rotina MVLM (Movimentação Processual Liminares), relativa ao registro de decisões liminares e antecipações de tutela.	20 DE JULHO DE 2007
COGE 68	utilização da rotina MVLM (Movimentação processual Liminares) e	26 DE JULHO DE 2007



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

	atualização do artigo 239-A do Provimento COGE nº 64/2005.	
COGE 69	designação de juízes federais, coordenadores do Programa de Conciliação da Justiça Federal de 1º Grau da Terceira Região, e autorização a estabelecer o cronograma das audiências e a forma de operacionalização dos trabalhos de conciliação.	6 DE AGOSTO DE 2007
COGE 70	ciência aos juízes federais titulares que poderão residir fora da subseção judiciária em que exercem a judicatura, encaminhando ao endereço eletrônico cogeautoriza@trf3.gov.br o pedido de autorização.	24 DE AGOSTO DE 2007
COGE 71	padronização do meio utilizado pelos magistrados para formular pedido de ausência.	24 DE AGOSTO DE 2007
COGE Nº 72	cadastramento de novos usuários no sistema BACENJUD.	03 DE SETEMBRO DE 2007
COGE 73	determinação aos magistrados de primeiro grau vinculados ao tribunal Regional federal da 3ª Região comuniquem a Corregedoria-Geral acerca do exercício de qualquer atividade docente.	4 DE SETEMBRO DE 2007
COGE nº 74	realização de audiências de tentativa de conciliação nos processos não	14 de setembro de 2007



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

	sentenciados que tenham como objeto a revisão de contratos regidos pelo SFH com amortização Price e Sacre, nas Subseções Judiciárias do interior do Estado de São Paulo.	
COGE 75	revogação do Comunicado COGE 71, de 24 de agosto de 2007.	08 DE OUTUBRO DE 2007
COGE 76	solicitação ao magistrado da 21ª Vara Cível de São Paulo que envie de 10 a 20 sentenças para serem disponibilizadas nas páginas da <i>internet</i> e <i>intranet</i> do TRF 3ª Região.	9 DE OUTUBRO DE 2007
COGE 77	padronização do modo de envio de informações a esta Corregedoria-Geral.	18 DE OUTUBRO DE 2007
COGE 78	solicitação aos magistrados de primeira instância vinculados ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que enviem de 10 a 20 sentenças para serem disponibilizadas nas páginas da <i>internet</i> e <i>intranet</i> do TRF 3ª Região.	29 DE OUTUBRO DE 2007
COGE 79	informação aos magistrados de primeira instância vinculados ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região de consulta de sentenças na página de jurisprudência da <i>internet</i> e da <i>intranet</i> .	14 DE NOVEMBRO DE 2007



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

Ordens de Serviços	Assunto	Data
COGE Nº 8	otimização dos trabalhos realizados na Corregedoria-Geral.	19 DE JULHO DE 2007
COGE Nº 9	fixação nas lombadas dos autos, fitas adesivas de cores diversas para a diferenciação dos expedientes em trâmite na Corregedoria-Geral.	18 DE DEZEMBRO DE 2007

Portarias	Assunto	Data
COGE Nº 722	autorização para a implantação da Central de Comunicações de Atos Processuais – CECAP, junto à central de Mandados da 15ª Subseção Judiciária – São Carlos.	4 de setembro de 2007

Provimentos	Assunto	Data
Nº 78	alteração de diversos artigos do Provimento nº 64, de 28 de abril de 2005.	27 de abril de 2007
Nº 81	determinação aos magistrados com competência cível, previdenciária ou fiscal de prolatarem um número mínimo de sentenças, de acordo com a ordem decrescente de data de conclusão.	17 de julho de 2007



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

Nº 82	determinação da republicação do Provimento COGE nº 64/2005, devidamente atualizado pelo Provimento COGE nº 78/2007.	17 de julho de 2007
Nº 83	autorização aos magistrados de participarem de eventos, como, participação em curso, seminário, ciclos de estudos ou outro evento jurídico de curta duração, limitados em 1 (um) por semestre.	23 de agosto de 2007
Nº 84	alterações no Provimento nº 81, de 17 de julho de 2007 – regulamentação do Plano de Trabalho.	08 de outubro de 2007
Nº 85	alteração do artigo 83 do Provimento nº 64/2005.	08 de outubro de 2007



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

2.7 PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

O Provimento COGE 64/2005, em seu artigo 8º, prevê as modalidades de procedimentos administrativos submetidos à consideração da Corregedoria-Geral. A tabela seguinte representa os procedimentos administrativos julgados e em andamento:

CORREGEDOR-GERAL ANDRÉ NABARRETE ESTATÍSTICA DEZEMBRO/2007							
	Saldo Anterior	Recebidos	Em Secretaria/ Diligência	Conclusos	Votos Proferidos/ decisões monocr.	Arquivados	Saldo Atual
I.G.O.	158	0	6	152	0	0	158
SIND.	0	0	0	0	0	0	0
C.G.O.	154	3	87	70	0	0	157
C. G. E.	1	0	0	1	0	0	1
REP.	35	0	8	27	0	0	35
C.P.	68	0	37	31	0	0	68
E. A.	380	4	105	279	2	0	384
INSP. AVAL.	9	1	1	9	0	0	10

Legenda:

1. IGO – Inspeção Geral Ordinária
2. SIND – Sindicância
3. CGO – Correição Geral Ordinária
4. CGE – Correição Geral Extraordinária
5. REP – Representação
6. CP – Correição Parcial
7. EA – Expediente Administrativo
8. INSP. AVAL. – Inspeção Avaliação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
 Gabinete da Corregedoria

2.8 CONTROLE DA EMISSÃO DE ALVARÁS

A Resolução nº 178, de 22 de outubro de 1996, alterada em alguns itens pela Resolução nº 219, de 17 de abril de 2000, padronizou os procedimentos e formulários relativos a alvará de levantamento em favor da Fazenda Pública, no âmbito da Justiça Federal, e seu controle cabe à Corregedoria-Geral.

MAPA DE CONTROLE DE ALVARÁS DE LEVANTAMENTO - CORREGEDORIA								
NUMER AÇÃO INICIAL	NUMER AÇÃO FINAL	QTDE	VARA	CIDADE	DATA EXP.	DATA REC.	GESTÃO	OUTROS
1642001	1642200	200	16	CÍVEL	24/1/2007	13/2/2007	MF	
1642201	1642400	200	3	SOROCABA	1/2/2007	5/2/2007	MF	
1642401	1642600	200	12	CÍVEL	1/2/2007		MF	
1642601	1642800	200	7	CÍVEL	1/2/2007	7/2/2007	MF	
1642801	1643000	200	6	CÍVEL	6/2/2007	12/2/2007	MF	
1643001	1643200	200	4	PREVIDENCIÁRIA	6/2/2007	8/2/2007	MF	
1643201	1643400	200	6	CRIMINAL	9/2/2007	9/2/2007	MF	
1643401	1643600	200	4	SANTOS	12/2/2007	14/2/2007	MF	
1643601	1643800	200	10	CÍVEL	13/2/2007	15/2/2007	MF	
1643801	1644000	200	21	CÍVEL	1/3/2007	5/3/2007	MF	
407401	407600	200	5	CÍVEL	5/3/2007	6/3/2007	MF	
407601	407800	200	5	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	6/3/2007	13/3/2007	MF	
407801	408000	200	4	CÍVEL	13/3/2007	15/3/2007	MF	
414201	414400	200	11	CÍVEL	14/3/2007	16/3/2007	MF	
414401	414600	200	1	JAÚ	15/3/2007	19/3/2007	MF	
414601	414800	200	9	RIBEIRÃO PRETO	15/3/2007		MF	
414801	415000	200	1	SANTO ANDRÉ	16/3/2007	20/3/2007	MF	
415001	415200	200	7	CÍVEL	20/3/2007	21/3/2007	MF	
415201	415400	200	17	CÍVEL	20/3/2007	22/3/2007	MF	
415401	415600	200	14	CÍVEL	20/3/2004	23/3/2007	MF	
415601	415800	200	8	CÍVEL	2/4/2007	3/4/2007	MF	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

415801	416000	200	20	CÍVEL	11/4/2007	16/4/2007	MF	
461001	461200	200	1	RIBEIRÃO PRETO	13/4/2007	16/4/2007	MF	
461201	461400	200	2	CÍVEL	25/4/2007	30/4/2007	MF	
461401	461600	200	2	PREVIDENCIÁ RIA	26/4/2007	30/4/2007	MF	
461601	461800	200	10	CÍVEL	27/4/2007	3/5/2007	MF	
461801	462000	200	2	BAURU	30/4/2007	4/5/2007	MF	
470801	471000	200	1	SANTOS	8/5/2007	18/5/2007	PJ	
471001	471200	200	15	CÍVEL	21/5/2007	24/5/2007	PJ	
471201	471400	200	2	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	21/5/2007	29/5/2007	PJ	
47401	471600	200	1	ARARAQUAR A	23/5/2007	25/5/2007	PJ	
471601	471800	200	1	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	23/5/2007	25/5/2007	PJ	
632024	6320224	200	1	FRANCA	23/052007	29/5/2007	PJ	
471801	472000	200	2	SANTOS	23/5/2007	6/6/2007	PJ	
378801	379000	200	7	CÍVEL	30/5/2007	1/62007	PJ	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

1551342	1617295	200	21	CÍVEL	13/3/2006	15/3/2006	PJ	Conform e ofício nº176/2007, datado de 03 de Maio de 2007, protocolo cogen. n. 128205-1/2, foi comunicado o cancelamento dos alvarás NCJF nº 1551342, 1551352, 1551389, 1617204, 1617206, 1617224, 1617235, 1617236, 1617251, 1617262, 1617266, 1617268, 1617269, 1617277, 1617278 e 1617295.
379001	379200	200	1	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	31/5/2007	14/6/2007	PJ	
379201	379400	200	3	BAURU	1/6/2007	4/6/2007	PJ	
379401	379600	200	1	JAÚ	4/6/2007	5/6/2007	PJ	
379601	379800	200	1	CÍVEL	6/6/2007	11/6/2007	PJ	
379801	380000	200	13	CÍVEL	12/6/2007	18/6/2007	PJ	
380601	380800	200	16	CÍVEL	12/6/2007		PJ	
380801	381000	200	7	CÍVEL	12/6/2007		PJ	
381001	381200	200	9	CÍVEL	15/6/2007	20/6/2007	PJ	
381201	381400	200	12	CÍVEL	15/6/2007	20/6/2007	PJ	
381401	381600	200	1	SOROCABA	19/6/2007	21/6/2007	PJ	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

381601	381800	200	3	CAMPINAS	25/6/2007	27/6/2007	PJ	
381801	382000	200	21	CÍVEL	25/6/2007	27/6/2007	PJ	
382801	383000	200	19	CÍVEL	27/6/2007	29/6/2007	PJ	
383001	383200	200	6	CAMPINAS	27/6/2007	3/7/2007	PJ	
383201	383400	200	3	SÃO JOSÉ R.PRETO	28/6/2007	2/7/2007		
383401	383600	200	17	CÍVEL	6/7/2007	16/7/2007	AN	
383601	383800	200	12	CIVEL	11/7/2007	13/7/2007	AN	
383801	384000	200	5	CIVEL	11/7/2007	13/7/2007	AN	
389401	389600	200	3	PIRACICABA	12/7/2007	17/7/2007	AN	
389201	389400	200	6	CÍVEL	12/7/2007	25/7/2007	AN	
389601	389800	200	20	CIVEL	17/7/2007	3/8/2007	AN	
389801	390000	200	1	SÃO JOSE DO RIO PRETO	18/7/2007	27/7/2007	AN	
1678001	1678200	200	2	RIBEIRÃO PRETO	2/8/2007	6/8/2007	AN	
1678201	1678400	200	8	CIVEL	2/8/2007	6/8/2007	AN	
1678401	1678600	200	10	CIVEL	2/8/2007	6/8/2007	AN	
1678601	1678800	200	4	CIVEL	6/8/2007		AN	
1678801	1679000	200	1	MARÍLIA	8/8/2007	10/8/2007	AN	
1679001	1679200	200	14	CIVEL	10/8/2007	14/8/2007	AN	
1679201	1679400	200	2	CAMPINAS	13/8/2007	15/8/2007	AN	
1679401	1679600	200	4	CAMPINAS	17/8/2007	23/8/2007	AN	
1679601	1679800	200	7	RIBEIRÃO PRETO	20/8/2007	24/8/2007	AN	
1679801	1680000	200	13	CIVEL	21/8/2007	28/8/2007	AN	
1676001	1676200	200	2	CIVEL	22/8/2007	28/8/2007	AN	
1676201	1676400	200	5	CIVEL	28/8/2007	4/9/2007	AN	
1676401	1676600	200	11	CIVEL	3/9/2007	11/9/2007	AN	
1676601	1676800	200	7	CIVEL	3/9/2007	10/9/2007	AN	
1676801	1677000	200	20	CIVEL	5/9/2007	20/9/2007	AN	
1677001	1677200	200	19	CIVEL	24/9/2007	26/9/2007	AN	
1677201	1677400	200	16	CIVEL	24/9/2007	27/9/2007	AN	
1677401	1677600	200	6	CIVEL	27/9/2007	15/10/2007	AN	
1677601	1677800	200	6	EXECUÇÃO FISCAL	4/10/2007	10/10/2007	AN	
1677801	1678000	200	3	SANTO ANDRÉ	4/10/2007	8/10/2007	AN	
1672001	1672200	200	10	CIVEL	9/10/2007	15/10/2007	AN	
1672201	1672400	200	17	CIVEL	11/10/2007	16/10/2007	AN	
1672401	1672600	200	2	PIRACICABA	16/10/2007	23/10/2007	AN	
1672601	1672800	200	1	JAÚ	18/10/2007	22/10/2007	AN	
1672801	1673000	200	4	SANTOS	22/10/2007	25/10/2007	AN	
1673001	1673200	200	4	CIVEL	25/10/2007	26/10/2007	AN	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

1673201	1673400	200	17	CIVEL	26/10/2007	30/10/2007	AN
1673401	1673600	200	3	BAURU	26/10/2007	6/11/2007	AN
1673601	1673800	200	1	GUARATINGU ETÁ	26/10/2007	5/11/2007	AN
1673801	1674000	200	1	BRAGANÇA PAULISTA	6/11/2007	8/11/2007	AN
1674001	1674200	200	21	CIVEL	8/11/2007	14/11/2007	AN
1674201	1674400	200	2	SÃO CARLOS	8/11/2007	22/11/2007	AN
1674401	1674600	200	1	RIBEIRÃO PRETO	9/11/2007	13/11/2007	AN
1674601	1674800	200	2	SANTOS	9/11/2007	13/11/2007	AN
1674801	1675000	200	14	CIVEL	12/11/2007	21/11/2007	AN
1675001	1675200	200	5	PREVIDENCIÁ RIA	13/11/2007	22/11/2007	AN
1675201	1675400	200	11	CIVEL	14/11/2007	21/11/2007	AN
1675401	1675600	200	8	CIVEL	19/11/2007	22/11/2007	AN
1675601	1675800	200	2	ARARAQUAR A	23/11/2007	28/11/2007	AN
1675801	1676000	200	1	PREVIDENCIÁ RIA	26/11/2007	28/11/2007	AN
1680201	1680400	200	1	SANTOS	28/11/2007	30/11/2007	AN
1680001	1680200	200	3	MARÍLIA	28/11/2007	28/11/2007	AN
1680401	1680600	200	4	RIBEIRÃO PRETO	3/12/2007	7/12/2007	AN
1680601	1680800	200	20	CIVEL	4/12/2007	10/12/2007	AN
1680801	1681000	200	6	CIVEL	7/12/2007	11/12/2007	AN
1681001	1681200	200	4	CIVEL	10/12/2007	13/12/2007	AN
1681201	1681400	200	7	CIVEL	10/12/2007	12/12/2007	AN
1681401	1681600	200	15	CIVEL	12/12/2007	19/12/2007	AN
1681601	1681800	200	1	CIVEL	12/12/2007	12/12/2007	AN
1681801	1682000	200	1	SÃO BERNARDO DO CAMPO	13/12/2007	17/12/2007	AN
386601	386800	200	5	CIVEL	13/12/2007	18/12/2007	AN
386801	387000	200	2	RIBEIRÃO PRETO	14/12/2007	19/12/2007	AN
387001	387050	50	3	SANTOS	18/12/2007	7/1/2008	AN



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

2.9 RH MAGISTRADOS

Cabe à Corregedoria-Geral autorizar pedidos de trânsito e de ausência dos magistrados federais⁴.

PEDIDOS DE TRÂNSITO DOS JUÍZES

MOTIVO	NÚMERO DE PEDIDOS
Promoção	0
Remoção	13
Nomeação	01
Permuta	01

PEDIDOS DE AUSÊNCIA

MOTIVO	QUANTIDADE	
	DEFERIDOS	INDEFERIDOS
Ausência das Subseções para cursos, seminários e outros eventos jurídicos de curta duração	118	20

⁴ Artigo 80: As solicitações de trânsito e ausência dos Magistrados de Primeira Instância deverão ser encaminhadas, unicamente, via correio eletrônico, com antecedência mínima de cinco dias da data do evento, no seguinte endereço: cogesutoriza@trf3.gov.br.

Parágrafo único: A resposta à solicitação será encaminhada pela Corregedoria-Geral, por meio eletrônico, com cópia à Subsecretaria dos Conselhos de Administração e Justiça. (Provimento COGE nº 64/2005).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

Ausência das atividades jurisdicionais durante o expediente	64	06
Ausência para cursos de pós-graduação e especialização	12	0
Ausência para reuniões, convocações ou audiências no Poder Judiciário	69	03

Foram deferidos, no ano de 2007, pela Corregedoria-Geral, com fundamento no artigo 1º da Resolução nº 72 da Presidência desta corte, 23 (vinte e três) pedidos de magistrados para residirem fora da subseção judiciária que atuam.

Coube também a esta Corregedoria-Geral a reestruturação na atualização dos dados pessoais – endereço e telefone residencial, entregues pelos juízes federais titulares e substitutos⁵.

⁵ Artigo 103: Os Juízes federais Titulares e Substitutos deverão manter atualizados o endereço e telefone residencial junto à Corregedoria-Geral.

§1º Deverão informar qualquer alteração de endereço ou telefone, no prazo de dois dias contados da assunção ou prestação de jurisdição, nos casos de remoção, promoção, prestação de jurisdição em outra localidade ou outros motivos.

§2º As informações deverão ser encaminhadas via correio eletrônico para o endereço: corregedoriageral@trf3.gov.br. (Provimento COGE nº 64/2005).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

2.10 AUTORIZAÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DE CECAP

O Provimento 50, de 17 de março de 2004, dispôs sobre a implantação e regulamentação definitiva da Central de Comunicação de Atos Processuais – CECAP no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região.

A seguir, a lista de autorizações da implantação das CECAP pelo Corregedor-Geral:

11ª Subseção Judiciária - Marília	Seção Judiciária de São Paulo
15ª Subseção Judiciária – São Carlos	Seção Judiciária de São Paulo
20ª Subseção Judiciária - Araraquara	Seção Judiciária de São Paulo
2ª Subseção Judiciária de Mato Grosso do Sul	Dourados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

2.11 BANCO DE SENTENÇAS

O Comunicado COGE nº 59, de 26 de abril de 2007, considerada a importância da divulgação das teses que estão em tramitação nas varas da Justiça Federal de 1ª instância e em atenção a solicitação dos magistrados, criou o banco de sentenças com o propósito de disponibilizar ao público instrumentos para agilizarem a prestação jurisdicional. Assim, foi solicitada a colaboração de todos os magistrados no sentido de enviar entre dez e vinte cópias das sentenças proferidas à escolha. A consulta poderá ser feita no site do Tribunal na internet – www.trf3.gov.br, seção Jurisprudência.

O quadro abaixo registra o resultado da solicitação e o número de sentenças com as quais o banco foi alimentado:

Número de Magistrados: 83
São Paulo - Capital: 443 sentenças
Outras Cidades do Estado de São Paulo: 560 sentenças
Mato Grosso do Sul: 49 sentenças
Número total de sentenças: 1.064



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

2.12. Canais de Comunicação

O Provimento COGE nº 64/2005, na Seção II, disciplinou as comunicações eletrônicas desta Corregedoria-Geral e formalizou o envio e o recebimento de informações e solicitações. Dispõe de cinco endereços eletrônicos permanentes para a comunicação institucional. São eles:

- cogeautoriza@trf3.gov.br: solicitações de ausência dos magistrados de primeira instância, encaminhadas, exclusivamente, por meio de correio eletrônico, assim como as respostas, com cópia à Subsecretaria dos Conselhos de Administração e Justiça.
- cogeestatistica@trf3.gov.br: informações referentes às estatísticas, enviadas mensalmente, exclusivamente por meio de correio eletrônico.
- corregedoriageral@trf3.gov.br: quaisquer outras comunicações ou informações do juízo à Corregedoria-Geral

Em 2007, a Corregedoria-Geral também centralizou os canais de comunicação, Infoseg e Bacenjud, como explicado no item Estatística – fl. 30:

- bacenjud@trf3.gov.br:
- infoseg@trf3.gov.br:

O número de acessos neste ano foi em torno de :

ENDEREÇO	MENSAGENS RECEBIDAS
cogeautoriza@trf3.gov.br	1561
cogeestatistica@trf3.gov.br	1705
corregedoriageral@trf3.gov.br	2938
bacenjud@trf3.gov.br	557
infoseg@trf3.gov.br	113



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

3 ATIVIDADES DO CORREGEDOR

3.1 PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

As sessões que tiveram participação do Corregedor-Geral foram:

Sessões Ordinárias	
Número	Data
300	16/08/2007
301	06/09/2007
302	20/09/2007

Sessões Extraordinárias	
Número	Data
172	07/08/2007
173	10/10/2007
175	13/11/2007



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

3.2 FÓRUM DE CORREGEDORES

DATA	LOCAL
31 de agosto de 2007	Brasília
28 de setembro de 2007	Brasília
30 de outubro de 2007	Rio de Janeiro



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

3.3 AUDIÊNCIAS

Relatório das audiências – 2007

Correição Geral	Audiências	Data	Testemunhas ouvidas pelo Corregedor-Geral
3ª Vara Federal em Presidente Prudente	2	19, 20/11	19

Expediente Administrativo	Audiências	Data	Testemunhas ouvidas pelo Corregedor-Geral
2007.01.0446	7	24 , 26/07 02, 03, 08,14/08 05/09	12
2007.01.0510	2	17, 24/08	04
2007.01.0422	2	21,22/08	04
2007.01.572	1	17/09	01
2007.01.0525	3	26/09 08,09/10	07
2007.01.0636	5 audiências	17,18,19/10 24,25/10	06



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

3.4 REUNIÃO COM AUTORIDADES E JUÍZES

Data	Autoridades
30 de julho de 2007	Superintendente da Pol. Federal em São Paulo –Dr. Jaber Makul Hanna Saadi.
17 de agosto de 2007	Dra. Freichaisen – Procuradora Regional da República(MPF).
20 de agosto de 2007	Presidente e Dra. Marisa Santos – Provimento 80 Juizados Especiais Federais
03 de setembro de 2007	Presidente do STF Ministra Ellen Gracie –
04 de setembro de 2007	Reunião com os novos juízes do XIII concurso.
09 de setembro de 2007	Dr. Ronald - Juiz Federal da 7ª Vara Cível.
14 de setembro de 2007	Reunião com juízes em geral.
20 de setembro de 2007	Dr. João José Ramos da Silva – Procurador Chefe da Fazenda Nacional em São Paulo e Dra. Ana Maria Veloso Guimarães – Procuradora da Fazenda Nacional
26 de setembro de 2007	Dra Maria Luiza – Procuradora Regional da República.
28 de setembro de 2007	Ministros do STF Gilmar Mendes e Joaquim Barbosa.
10 de dezembro de 2007	Lançamento do livro “Curso de Direito Constitucional” - Do Ministro Gilmar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

	Mendes.
14 de dezembro de 2007	Des. Fed. Newton De Lucca – Diretor da Revista.
17 de dezembro de 2007	Juiz federal José Henrique Prescendo - 22ª Vara Cível em São Paulo
18 de dezembro de 2007	Reunião com o Dr. Márcio Catapani



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

4. Considerações Finais

Ao assumir o cargo de Corregedor-Geral, estabeleci como metas básicas: a) promover o aumento do número de sentenças proferidas pelos juízes federais; b) incentivar um relacionamento amistoso entre magistrados e agentes de instituições que atuam nas varas, sobretudo relativamente aos advogados; c) privilegiar o exercício da jurisdição, comparativamente a outras atividades.

Para implementação dos objetivos traçados, é preciso contar com o apoio dos juízes federais e deste tribunal, especificamente o Conselho da Justiça Federal. Houve expressivo aumento do número de sentenças quando do primeiro mês de vigência do Prov. COGE 81/07. Inobstante, à vista das várias manifestações dos magistrados, no sentido da impossibilidade de seu cumprimento, foi editado o Prov. COGE 84/07, que revogou a medida anterior, porém admitiu que aqueles com atraso na prestação jurisdicional encaminhassem à Corregedoria-Geral planos de saneamento. Como dado a ser destacado, cabe a mencionar que, de junho a dezembro de 2007, houve uma diminuição de 21,17% do número de processos de sentenças.

Quanto ao relacionamento dos juízes com advogados, promotores, partes e públicos em geral, a avaliação geral é de que tem havido uma melhoria significativa. Os casos pontuais de conflitos têm sido objeto de atenção da Corregedoria-Geral, que tem atuado para solucioná-los rapidamente.

As ausências de juízes de varas para participação em eventos jurídicos ou palestras têm diminuído sensivelmente e os pedidos indeferidos representam parcela ínfima. A Corregedoria-Geral tem envidado esforços para obter a conscientização da importância do trabalho jurisdicional, à vista do número insuficiente de magistrados e da crescente demanda dos jurisdicionados.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

As correições gerais ordinárias têm sido realizadas de acordo com o calendário referendado pelo Conselho da Justiça Federal e, salvo algum feito extraordinário estarão concluídas no fim de 2008. Com a constituição de equipe de trabalhos entrosada e eficiente, a Corregedoria-Geral tem levado a bom termo as atividades, reforçando o cumprimento pelas varas dos atos normativos existentes, encarecendo a necessidade do aperfeiçoamento com agilidade e estreitando os vínculos do tribunal com magistrados, funcionários e autoridades e comunidade de locais.

De uma maneira geral, pode-se considerar que as atividades desenvolvidas no ano de 2007 da Corregedoria-Geral foram profícuas e atenderam às exigências legais. Porém, deve-se enfatizar que ainda há muitos projetos a serem realizados no ano de 2008, como por exemplo:

- organização física do gabinete, em que serão identificados todos os armários para otimização do trabalho e facilitar a transição para a gestão do próximo Corregedor-Geral;
- processo de digitalização dos boletins estatísticos, relatórios de distribuição e outros documentos, arquivados em papel na Corregedoria-Geral. Até o momento foram separados 200 cadernos em espiral, o que proporcionará a reciclagem de mais de 30.000 (trinta mil) folhas, bem como liberação imediata de armários e espaços.
- afixação de cartazes em todas as seções e subseções da Justiça Federal da 3ª Região para informar os meios de comunicação disponíveis pela Corregedoria-Geral aos advogados, partes e servidores fazerem reclamações e sugestões.
- remessa para o arquivo dos processos e documentos cujo prazo atenda à tabela de temporalidade do Conselho da Justiça Federal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Gabinete da Corregedoria

É importante ressaltar, que a Corregedoria-Geral tem de contar com o apoio decidido do Conselho da Justiça Federal e demais órgãos e agentes deste tribunal, assim como com o concurso de toda a 1ª instância, sem os quais nada ou muito pouco poderá ser alcançado.